

## **Relações espirituais com o território – Uma análise antropológica sobre a importância dos rituais e das Nãndesy dentro do Oguatá Porã em MS<sup>1</sup>**

Thaísia Coelho Fernandes (UFMS)

[t.coelho@ufms.br](mailto:t.coelho@ufms.br)

### **RESUMO**

A pesquisa de iniciação científica está inserida no projeto de pesquisa “ÑANDESY e o OGUATÁ PORÃ– estudo antropológico das mulheres Kaiowá e Guarani no contexto da mobilidade e fronteira” e teve como intuito compreender as dinâmicas relacionais entre rezadeiras indígenas da etnia Guarani Kaiowá na (re)construção do território face às imposições econômicas pelo agronegócio com respaldo do governo do estado de Mato Grosso do Sul (Benites, 2020). Buscou-se verificar como as teorias etnológicas apreendidas no decorrer do curso de Ciências Sociais se aplicam/dialogam com o contexto regional, enfatizando as relações produzidas entre sociedade nacional e povos indígenas (Oliveira, 1993). Foi realizado um levantamento das violências cometidas contra as rezadeiras (Ñandesy) entre os anos de 2020 à 2022 na região do cone-sul do estado de MS, no qual entendemos os ataques às rezadeiras como parte do processo de epistemicídio e genocídio praticado contra os Guarani Kaiowá em favor das monoculturas desenvolvidas como principal fonte econômica do estado. Portanto, o que se verificou foram interesses econômicos compondo relações políticas e afetando a produção cultural e religiosa do povo Kaiowá, tendo esse povo suas perspectivas cosmológicas e subjetivas atravessadas pela lógica mercadológica aplicada sobre seus corpos, mentalidade e territórios.

**Palavras Chave:** territorialidade, identidade, fricção interétnica

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou compreender o papel articulador das mulheres na reconstrução e manutenção do *tekoha* (território onde se vive de acordo com as práticas tradicionais) partindo da dissertação de mestrado de Valdelice Veron (2018) em que ela aponta a construção da categoria mulher entre os Kaiowá a partir da educação tradicional pelos rituais de transição, tendo em vista que grande parte dos conhecimentos e práticas ancestrais que estruturam o modo de viver Kaiowá (*teko porã*) são repassados por elas às gerações mais novas. Veron aponta a centralidade da mulher na manutenção do *tekoha* por serem delas a responsabilidade sobre fogo doméstico, que representa a alimentação e a união da parentela para nutrir-se a partir do trabalho das mulheres, não só o alimento, mas também para ouvir suas considerações sobre decisões políticas e econômicas das famílias extensas orientadas pela liderança.

Para isso é necessário um longo caminho formativo que começa com o *Mitãm mongaraí* (ritual de nomeação da criança que vai determinar a orientação da educação de acordo com a aldeia espiritual que vem o espírito da criança), passa pelo *kunhakoty* (ritual de passagem da menina criança para a mulher com a primeira menstruação) que a transformará em *Maxuypyra* (mulheres articuladoras da vida social e responsáveis por manter acesso o fogo doméstico que alimenta a parentela dentro dos *tekohas*); entre outros rituais necessários para formar a mulher Kaiowá, incluindo alguns rituais que já não são mais realizados pela falta de recursos naturais, ou pela dificuldade enfrentada do processo de retomada de suas terras, e também pela necessidade de “adaptação” ao mundo dos não indígenas a que estão impelidos.

Somadas a essas circunstâncias há também o crescimento da violência e intolerância religiosa contra as *Ñandesy* (rezadeiras, curandeiras e parteiras) nos últimos anos<sup>2</sup> com incêndio das casas de rezas (muitos com indígenas dentro), ameaças de morte como queimá-las vivas pela suposição de bruxaria e feitiçaria, e até mesmo agressões e torturas por parte dos capitães de aldeia e indígenas adeptos das igrejas pentecostais disseminadas pelos territórios indígenas. Em carta direcionada ao MPF<sup>3</sup> lideranças indígenas e a associação de mulheres Kuñangue Aty Guasu denunciam os ataques sofridos e documentam a violência sofrida e invisibilizada pelo fato dos agressores serem ligados

---

<sup>2</sup>Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/intolerancia-religiosa-contra-rezadeiras-guarani-kaiowa/>>

<sup>3</sup>Disponível em: < <https://redeindigena.ip.usp.br/wp-content/uploads/sites/776/2021/01/Kunangue-ATY-guASU-D-ENUNCIA-o-Crime-de-intolerancia-religiosa-Tortura-contra-as-nhandesys-1.pdf>>

aos capitães das aldeias, estes que por herança das políticas (anti)indigenistas de aldeamento em postos indígenas, atuam como milícia dentro das mesmas confrontando as lideranças religiosas, que ancestralmente são entendidas como figuras de autoridade.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Para esta pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito da construção do estado de Mato Grosso do Sul, apoiado nas disciplinas optativas da graduação em Ciências Sociais, como Sociedades Indígenas e Panoramas Regionais de MS, bem como sobre a organização dos Guarani Kaiowá na visão dos antropólogos/as indigenistas como é o caso da construção a territorialidade dada por Aguilera Urquiza (2016), relacionando também com as antropologias indígenas emergentes, representadas nesta pesquisa pelas obras de Valdelice Veron (2018), Eliel Benites (2020) e Tônico Benites (2014). Ou seja, houve uma tentativa de interseccionar tanto as epistemologias produzidas por não indígenas quanto as epistemologias antropofágicas produzidas pelos próprios agentes indígenas, o que caracteriza um esforço em compreender as relações de territorialidade a partir da perspectiva dos *agentes* já que não foi possível realizar o trabalho de campo através do método etnográfico.

Desta forma o trabalho apresenta uma abordagem metodológica interpretativista no sentido em que busca compreender as relações a partir das bibliografias disponíveis. Foi realizado também uma pesquisa documental em mídias digitais hegemônicas e alternativas sobre o contexto atual em que se encontram os Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente na região do cone sul que engloba as cidades de Amambai, Caaraapó, Juti, Antonio João e Dourados, de onde partem a maioria das denúncias envolvendo ameaças e ataques. Estas são regiões de maior conflito territorial no Estado pois é um local de ocupação ancestral comprovado tanto pelos laudos antropológicos realizados em função dos processos de demarcação quanto pela literatura etnográfica, cujos territórios foram repartidos e vendidos para companhias agro pastoris a partir da guerra contra o Paraguai (1864) sem considerar os direitos que os povos originários detinham sobre as terras em função da extensão do território nacional e conseqüentemente a solidificação da economia brasileira através das atividades agropecuárias.

Houve também uma pesquisa documental realizada nas mídias digitais colhendo informações das denúncias e ataques às rezadeiras entre os anos de 2020 a 2022 onde foi possível identificar na cidade de Amambai-MS o maior foco de violência, representados nesta pesquisa por 2 rezadeiras de suma importância, **Nhandesy Nilza Roa** e **Nhandesy Ivoty Koty**, pois ambas representam lideranças religiosas e políticas dentro da comunidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Desde o início do meu ciclo de pesquisa ainda como PIVIC a condução do meu objetivo foi sendo direcionada a partir da contextualização histórica a qual estavam submetidos os Guarani Kaiowá no processo de construção do estado de Mato Grosso do Sul dentro da nova reorganização territorial e nacional promovida tanto pela Guerra da Tríplice Aliança quanto pela solidificação econômica do Brasil República frente às economias mundiais através do desenvolvimento agrário.

Nesse sentido, os solos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, por exemplo, foram tomados como pólos para desenvolvimento dos grandes latifúndios agrários que se estenderam pelos territórios e que substituíram tanto a fauna nativa quanto a flora e o bioma existente. De grandes florestas de matas secas (*Ka'a Guasu* = grande mata), o território sul mato-grossense passou a ceder suas matas para as grandes lavouras, quase desérticas, de milho, sorgo, cana de açúcar e soja, produto do qual o estado é um dos maiores produtores do Brasil. Digo desérticas tendo em vista a grande variedade de espécies existentes nas florestas de matas secas e que após a invasão foram sendo derrubadas para a ocupação de pastagens para a criação de bovino cultura e monoculturas de soja. Esse processo culminou o desprezo pelos ocupantes tradicionais da terra e o uso que faziam dela, que envolviam práticas cosmo políticas sobre a mesma.

A cultura Kaiowá se revela a partir da noção de relacionamentos, seja o relacionamento entre as parentelas seja os relacionamentos entre as espécies que se constroem através dessa interação simbiótica do homem com o meio ambiente, tomada a partir de uma noção não objetificante que pretere a natureza em função do desejo humano. É possível perceber a partir das etnografias produzidas por intelectuais indígenas que a constituição do ser humano pressupõe uma interdependência dos reinos animais e vegetais, tanto pela caçada de carne (fauna) quando pelos remédios, expansores de

consciência, plantas de poder que aproximam os moradores das antigas tradições, mas vai além dessa visão funcionalista.

Os animais e as espécies produzem sociabilidade e formas de sociedades distintas das nossas nas quais o pensamento é construído a partir da objetificação das coisas e do outro. Apesar de evocar essa máxima estruturalista, acho interessante conservar das correntes antropológicas o que se aproxima dos conceitos ênicos desenvolvido pelo povo estudado, no caso para os GK as fundamentações relacionais admitem que as espécies vieram do *Yvaga* (patamares celestes) mas é a partir da ação dos homens/humanidade que elas permanecem ou não nos solos. Ou seja, antes da chegada dos brancos existiam cedro, aroeira, jatobá entre outras madeiras consideradas de lei pelo uso da marcenaria, mas que para os GK eram consideradas espécies irmãs, e que representavam espíritos portadores de qualidades específicas que podiam vir a servir os humanos enquanto os humanos os servissem da possibilidade de existir.

O caso da extinção do cedro é um exemplo, assim como a aroeira. Benites (2014) alega que em algumas ritualísticas como a de retomada de um território invadido pressupõe a existências de determinados rituais, que podem ser tanto para reassentar os espíritos antigos expulsos pela derrubada das árvores sobre as quais estavam assentadas, quanto para solicitar o apoio dos guardiões (*tekoha jara kuera*) que ali viviam e que tem o poder de orientar os caminhantes terrestres quanto apaziguar a ira dos fazendeiros pelo que eles denominam calor da terra. O autor descreve ainda que anterior ao ritual do Jeroky há alguns rituais executados pelo *Ñanderu* em prol da sua própria saúde e fortalecimento dos vínculos com os seres auxiliares, para que em seguida ele possa, a partir das suas rezas e canções sagradas, fortalecer o corpo e o espírito daqueles que materialização a retomada. Em suas palavras ele ressalta que:

É importante destacar que os rituais religiosos – jeroky – realizados em situações de conflito pela terra, expressam um pensamento indígena específico e desconhecido dos não indígenas, inclusive dos antropólogos. Eles geram também diferentes reações entre as diversas lideranças das famílias extensas envolvidas em conflitos fundiários com os fazendeiros. Nesse trabalho são destacados as motivações das famílias Guarani e Kaiowá para retornarem aos antigos territórios tradicionais (*tekoha*) de onde foram expulsas. Além disso, relatamos a compreensão que elas têm em relação aos significados da reocupação e do retorno – *jaike jevy* – a esses *tekoha*. [...] Todos se unem nos grandes rituais religiosos (*jeroky guasu*) realizados nos Aty Guasu, o que é

fundamental para efetivar o processo de reocupação dos territórios perdidos, como é entendido pelas famílias indígenas de modo geral, sendo também entendido como uma forma de proteção contra as violências dos fazendeiros. Assim, a realização dos rituais religiosos durante os Aty Guasu é para buscar a proteção dos ñanderyke'y (“nossos irmãos [invisíveis]”) do cosmos e dos tekoha jara kuera (“guardiões das terras”). (Pág. 26-30)

*Jaike Jevy* significa “ocupar de novo” ou seja retomar aquele território no qual já se foi expulso mesmo a justiça determinando que aquela terra é de pertença tradicional. Aqui entramos naquilo que o autor vai chamar de *Situação Histórica* que seria o contexto político, econômico e cultural ao qual os GK foram interpelados e sobre ele puderam agenciar suas novas reelaborações étnico sociais. Essa contextualização envolve as políticas desenvolvidas para lidar com os ocupantes tradicionais no processo de colonização interna que envolveram órgãos como o SPI, os Postos Indígenas, as Reservas, as dinâmicas trabalhistas após esse contato forçado, as missões evangélicas dentro dos territórios, entre outras dinâmicas de ocupação que afetou os GK mas que segundo o autor **não podem ser deterministas** uma vez que o povo guarani e kaiowá desenvolveram inúmeras estratégias para lidar com essas novas configurações sobre seus corpos e mentalidades. Para Benites (2014) é importante lembrar que:

as famílias guarani e kaiowá concebem e interpretam os significados da realidade cotidiana por elas vividos conforme a sua própria tradição de conhecimento, a partir da qual desenvolvem as explicações e planejam as suas ações neste contexto histórico de relações com os não índios (karai). Deste modo, estes indígenas demonstram claramente que as ações culturais praticadas são definidas a partir de sua própria organização social, política e religiosa. Efetivamente, cada família extensa tanto nos P.I.s quanto nas terras recuperadas pode privilegiar valores distintos e ter um modo de vida diferenciado de outros grupos (indígenas e não-indígenas), mas possuem uma tradição de conhecimento específica (Barth 2000c). Muito embora nos P.I.s e nas terras recuperadas em que vivem, esses indígenas se deparam com as interferências dos poderes produzidos pelas ideologias das agências coloniais, os grupos não abandonaram sua visão de mundo, os seus conhecimentos religiosos, crenças e seus valores e modo de interpretar a vida e a morte dos seus membros. Continuam entendendo os fatos empíricos contemporâneos vividos conforme a sua visão, principalmente por meio de uma explicação religiosa própria. Deste modo, continua sendo feita uma reflexão nativa, com a construção de uma teoria e a socialização de novos conhecimentos produzidos a partir dos fatos vividos e

ocorridos. É fundamental observar que os líderes espirituais – ñanderu kuera – refeletem e fornecem explicação a respeito de todos os acontecimentos vividos no atual momento histórico. Nesse sentido, constroem também uma visão e um conhecimento próprios sobre a vida dos outros indígenas e não- indígenas com quem convivem. (Pág. 36)

## CONCLUSÕES

Na atualidade, tendo em vista o impacto que os Nhanderu e Nhandesy tem nas decisões políticas e econômicas do povo guarani, os ataques deixaram de se concentrar nas lideranças políticas e se voltou covardemente contra os anciões, com estratégias mais bem elaboradas fazendo uso das igrejas evangélicas para disseminar o ódio e a violência entre os próprios indígenas, fugindo assim de sujar suas mãos com mais sangue e alegando como intolerância religiosa um processo que é fruto do genocídio contra os Guarani Kaiowa. Genocídio e etnocídio que visa desocupar as terras da presença indígena e o enriquecimento das famílias através da morte de toda uma nação, a nação Guarani e Kaiowá.

De 2020 a 2024 foram incendiadas 16 casas de reza (*oga psy*) no MS, algumas recém construídas, como é o caso do Rancho Jacaré e Limão Verde. O ataque às casas de reza representa uma faceta moral do uso econômico e político das terras sul mato-grossenses que até a metade do século XIX configuraram terras tradicionais indígenas. Talvez o que os rezadores tentam proteger do conhecimento científico representa muito mais do que práticas e anseios religiosos, mas sim o fundamento de sua organização sócio-política, bem como a organização dos afetos a partir das simbologias compartilhadas culturalmente.

O fato é que de 1970 em diante (Benites, 2014) alega a importância dos rituais religiosos na reconstituição dos antigos *tekoha* e nos aponta a situação histórica a que estão submetidos os membros de sua etnia. Numa descrição antropológica de sua própria cultura, Benites relembra a partir de entrevistas com membros das aldeias tradicionais e da historiografia etnográfica e pesquisa bibliográfica (mídias e jornais), um apontamento que nos é útil na atualidade para compreender as raízes da violência da sociedade nacional contra as sociedades indígenas, em especial os kaiowá.

Rezadores idosos perdem suas vidas de maneira brutal, levando com eles uma memória de um tempo ancestral. O que dentro de uma cultura predominantemente oral, é significativo pois não se vão só memórias, se vão conhecimentos, saberes, estratégias para vencer o medo, a tristeza, e desesperança que assola as comunidades que vivem em conflito e as perspectivas de futuro de toda uma nação. O que se identifica como padrão recorrente a partir das notícias crimes veiculadas nas mídias é a informação de que a presença de igrejas evangélicas pentecostais, como é o caso da Deus é Amor (Kuñangue Aty Guasu, 2022) igreja que mais está atrelada aos conflitos internos, é de que essas igrejas estão relacionadas com os capitães das aldeias, e impregnam no seio das comunidades a visão colonizadora de que somente os modelos de vida considerados civilizados podem representar a presença de deus.

Estas igrejas disseminam a ideia de que as rezadeiras que não “aceitam Jesus”, ou seja, que mantêm suas práticas de cuidados e saberes tradicionais, servem ao diabo quando não deixam de executar seus cantos, rezas e práticas de cura. São múltiplas as denúncias, de mulheres sendo torturadas, perseguidas, açoitadas e ameaçadas de serem queimadas vivas por executarem os rituais tradicionais de cura e fortalecimento. Estas mulheres que são formadas tradicionalmente vem sendo acusadas de bruxas, macumbeiras (Kuñangue Aty Guasu, 2021), e ameaçadas de serem queimadas vivas.

O que começou incendiando casas de reza para impedir as articulações, reuniões, e educação tradicional, tendo em vista que a formação da pessoa se dá por meios da ritualísticas e rituais ancestrais, não foi suficiente para o ódio ao outro e a diferença. Muitos kaiowá relataram que o incêndio a casa de reza significa para eles como queimar o corpo dos Guarani Kaiowa pois é através dela que se estabelece comunicação com os tempos ancestrais e é a partir dessas comunicações que se constrói a corporalidade do corpo e a materialização do *tekoha*.

Dentro da educação tradicional, assim como em vários outros âmbitos da socialidade kaiowá, os aspectos religiosos ocupam lugar central, portanto é a partir dessas interações entre passado e presente que se atualiza os mitos, e que se reformulam as estratégias de resistência frente às violências sofridas seja pela mão dos fazendeiros seja pela omissão do estado em punir as violências ou demarcar as terras em conflito. Portanto podemos pensar a violência contra as anciãs como fruto do processo de apagamento das identidades étnicas em prol da assimilação desses indígenas como bugres ou caboclos, peões pra usar um termo regional. Tendo os anciões vividos um período anterior a

presença dos colonos no seu territórios, estes carregam em si memórias e formas de resolução de conflitos por exemplo, que extrapolam as organizações hierárquicas trazidas pela presença do SPI e dos agentes coloniais, executando dentro das comunidades o papel de formador de tekos (modos tradicionais).

Para Benites (2014) os anciões tem uma longa caminhada formativa através das ritualísticas e vivências construídas a partir da interação entre/com as famílias extensas dispostas ao longo dos territórios. Para o autor, o *Ñanderu* e as *Ñandesy* representam a ponte de comunicação entre o mundo dos espíritos e dos antepassados com o tempo presente do mundo material. É a partir da relação construída entre o *Ñanderu/Ñandesy* com os espíritos que se constroem os corpos que sustentam os *tekohas* a partir das suas próprias interações com o meio e com os outros.

É interessante pois apesar da bibliografia relatar muito sobre os homens, no conhecimento popular as mulheres ocupam um lugar central na produção e manutenção dos *tekohas* haja vista que elas são dotadas do poder da fala, que eles denominam de *Ne'e* sendo esse poder utilizado para resolver os conflitos internos das famílias e que reviram de cabeça para a baixo as noções separatistas entre os espaços público-doméstico. Na concepção guarani é possível perceber que o âmbito interno, ou seja, o doméstico ocupa um lugar central na formação das famílias, bem como nas produções de conhecimento localizadas que Benites (2014) vai chamar de *teko joja* e *teko harã*. Ou seja, há predisposições culturais envolvidas que caracterizam um povo, porém muitas decisões relativas a comportamento, escolhas políticas, e decisões coletivas envolvem saberes georreferenciados, ou seja, cada família tem a liberdade de se organizar de acordo com suas próprias definições.

Desse modo, a presença das anciãs é crucial para a formação do território e da territorialidade, uma vez que é através delas que se regulam os princípios de socialização com as outras parentelas e internamente dentro do próprio fogo doméstico, que eles denominam de princípio, *oreva* e *pavêm*. É através das anciãs também que se constrói e mantém as identidades coletivas, tendo a *Ñandesy* um papel revelador no que diz respeito à organização interna das comunidades. Apesar dessas mulheres serem amplamente ameaçadas e os crimes praticados contra as mesmas serem enquadrados como feminicídio ou crimes passionais, revela muito sobre as estruturas de poder investidas órgãos de justiça e midiático, uma vez que quando vemos as perspectivas das vítimas nos relatórios produzidos pela Kunangue Aty Guasu e nos relatórios de violência publicados

anualmente pelo CIMI, é de que estas mulheres estão sendo mortas por orientarem o uso etnicamente diferenciado da terra.

Em suma maioria dos casos o que se revela é a disputa de poder entre os capitães de aldeia, que possuem legitimidade para estabelecer relações comerciais em nome do grupo que lidera e as anciãs que possuem legitimidade ancestral para orientar a parentela de acordo com a comunicação estabelecida com o mundo dos espíritos. Os pastores entram nesse campo de disputa favorecendo os interesses ocidentais embutidos na própria formação de sua religião, a dominação do outro e das espécies. É claro que nem todos kaiowás convertidos ao protestantismo demonstram intolerância às práticas religiosas tradicionais, como revela Villaça (2008) ao falar sobre as reelaborações religiosas dentro das próprias perspectivas. Porém, analisando as matérias divulgadas sobre os incêndios às Oga Psy, é possível perceber como o discurso jornalístico atribui esses crimes como fruto das disputas internas e não como reflexo dos discursos anti indigenistas promovidos pelas igrejas dentro dos territórios, considerando que a maioria dos pastores são homens não indígenas conforme aponta o laudo antropológico desenvolvido pelo NUPIR (2020).

Além da disputa de poder entre capitães-rezadores, a violência contra essas mulheres é nitidamente maior do que em relação aos rezadores homens, e ao que tudo indica seja pela capacidade gerativa que essas mulheres têm ao se articular politicamente dentro de um território usando do seu *ne'e* para resolverem conflitos e restaurarem as maneiras tradicionais de ser. Anzoategui (2017) vai dizer que numa de suas perambulações antropológicas ouviu de uma interlocutora que “boca de mulher homem nenhum cala” o que revela fundamentações ocultas nessa violência cometida contra essas mulheres, uma vez que os capitães nas aldeias representam as dinâmicas sociais impregnadas pelo contato com a socialidade ocidental, que vê nas mulheres um empecilho às suas vontades, assim como vê nos indígenas um empecilho ao desenvolvimento econômico proposto pelo agronegócio.

Portanto enxergamos a violência contra essas mulheres como uma violência histórica e patrimonial também já que por ser uma cultura predominantemente oral, queimar o corpo de uma anciã é queimar sua memória e a memória de seu povo, portanto é queimar uma biblioteca viva, como foi dito pelas lideranças femininas na reunião da Kunangue Aty Guasu em 2022, em que participei. Desse modo a incineração das casas de reza faz parte desse processo de apagamento da memória uma vez que essa memória pressupõe modos de agir (*tekos*) que vão radicalmente contra o uso mercadológico e

predatório da terra, uma vez que para recusar os modos não indígenas vindo dos *karai kuera* (povo branco) é necessário que eles possam se articular e organizar a partir dos próprios modelos de organização sociopolítica. O apagamento da identidade, funciona assim como uma justificativa para negar a este povo o direito aos seus territórios uma vez que o Brasil é signatário da convenção 169 que determina o direito à autodeterminação dos povos e a sua existência diferenciada dentro da organização proposta pelo Estado-nação, organização esta que precisa anular as diferenças para que se construa uma identidade nacional e que por consequência se desemboca num objetivo comum.

Por fim, este estudo evidenciou então como as rezadeiras Guarani Kaiowá desempenham um papel crucial na resistência cultural e espiritual frente às pressões externas. A violência crescente contra elas reflete um contexto de intolerância religiosa e negligência estatal, perpetuando um ciclo de violações históricas contra os direitos indígenas e que atravessam a construção do olhar antropológico sobre este povo, inclusive os discursos produzidos pela etnografia e o seu impacto para estas populações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA URQUIZA, Antônio Hilário (org.). “**Povos Indígenas e as Questões da Territorialidade**”. In: Culturas e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul”. Campo Grande, MS. Editora UFMS. 2013.

AGUILERA URQUIZA, Antônio Hilário (org.). “Diversidade Sociocultural, Relações Interétnicas e os Povos Indígenas”. In: Antropologia e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2016.

ANZOATEGUI, Priscila de Santana. “Somos Todas Guarani-Kaiowá”: Entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-matogrossense. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

ANZOATEGUI, Priscila e SOUZA, Jéssica. NUPIR, 2020. Laudo Antropológico dos autos no 0900011-84.2020.8.12.00004 (Medida Protetiva de Urgência- Lei Maria da Penha- Ameaça) e autos no 0001193-33.2020.8.12.0004 (Descumprimento de Medida Protetiva), do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. 2020. Disponível em: <<https://catarinas.info/wp-content/uploads/2021/08/Laudo-antropologico.-Dona-Lucia-finalizado.pdf>>

BENITES, Eliel. Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta. Revista NERA, v. 23, n. 52, p. 19- 38, dossiê., 2020.

BENITES, Tônico. Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha - Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2014.

CAVARARO RODRIGUES, Andréa Lúcia. Kaiowá-Paĩ Tavyterã: onde estamos e aonde vamos? Um estudo antropológico do Oguata na fronteira Brasil/Paraguai. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS. 2019

CHAMORRO, Graciela. História Kaiowá. Das origens aos desafios contemporâneos.- São Bernardo do Campo : Nhanduti Editora, 2015, 320 p.

CHAMORRO, Graciela. Panambizinho: lugar de cantos, danças, rezas e rituais Kaiowá/São Leopoldo: Karywa, 2017. 284p. ISBN:978-85-687-24-9

CLIFORD, James; Marcus, George E. (Eds.). Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986.

Kopenawa, Davi; Albert, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015. Kuper, Adam. Cultura: a Visão dos Antropólogos. Bauru, Sp: Edusc, 2002. 319 P. (Coleção Ciências Sociais). Isbn 85-7460-146-2.

KUÑANGUE ATY GUASU; Kunangue Aty Guasu vem a público denunciar o crime de intolerância religiosa praticada contra as mulheres anciãs Kaiowá e Guarani. Tekohas Kaiowá e Guarani, 16 de Janeiro de 2021. Disponível em: [https://redeindigena.ip.usp.br/wp-content/uploads/sites/776/2021/01/Kunangue-ATY-guASU-DENUNCIA-o-Crime-de-intolerancia-religiosa\\_Tortura-contra-as-nhandesys-1.pdf](https://redeindigena.ip.usp.br/wp-content/uploads/sites/776/2021/01/Kunangue-ATY-guASU-DENUNCIA-o-Crime-de-intolerancia-religiosa_Tortura-contra-as-nhandesys-1.pdf)>

KUÑANGUE ATY GUASU. Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani. CORPOS SILENCIADOS, VOZES PRESENTES: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani. HETE KIRIRÎM AY VU JEK A A TEKOVAI, KUÑANGUE. Dourados: Kuñangue Aty Guasu, 2020. Disponível em: [https://lutafob.org/wpcontent/uploads/2020/12/Corpos-silenciados\\_resumo\\_pag-simples\\_v04.pdf](https://lutafob.org/wpcontent/uploads/2020/12/Corpos-silenciados_resumo_pag-simples_v04.pdf). Acesso em: 19 ago. 2022.

KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU (O.K.A). Intolerância religiosa, racismo religioso e casa de rezas queimadas em comunidades Kaiowá e Guarani. Dourados: Kuñangue Aty Guasu e Observatório da Kuñangue Aty Guasu (O.K.A), 2022. Disponível em: [https://www.kunangue.com/\\_files/ugd/c27371\\_b2d7f59494b140cbbf59866252dc5ca1.pdf](https://www.kunangue.com/_files/ugd/c27371_b2d7f59494b140cbbf59866252dc5ca1.pdf). Acesso em: 19 ago. 2022.

Oliveira, R. C. de. (1993). O movimento dos conceitos na antropologia. *Revista De Antropologia*, 36, 13-31. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1993.111381>

SERAGUZA, L. PEREIRA, L.M. (2019). Reflexões sobre possibilidades de uma antropologia guarani e kaiowá – ou o que de antropologia indígena tem no que os índios escrevem? *Mundo Amazônico*, 10(2): e73795

SZTUTMAN, Renato. *Natureza & Cultura*, versão americanista - Um sobrevoo. Ponto Urbe, n. 4, p. 2-15, 2009. Tsing, Anna. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha Revista de Antropologia*, Santa Catarina, v.17, n.1, p.177-201, 2015.

VERON, Valdelice. Tekombo'e Kunhakoty: modo de viver da mulher Kaiowa. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

WRIGHT MILLS, C. A elite do poder. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.